

A EPISTEMOLOGIA FEMINISTA NEGRA: UMA ABORDAGEM INTERSECCIONAL DOS MARCADORES DA OPRESSÃO EM CONTRAPOSIÇÃO AO FEMINISMO HEGEMÔNICO

BLACK FEMINIST EPISTEMOLOGY: AN INTERSECTIONAL APPROACH TO THE MARKERS OF OPPRESSION IN OPPOSITION TO HEGEMONIC FEMINISM

Recebido em: 30/07/2023

Aceito em: 28/08/2023

Rosa Maria Dias da Costa Santos¹ 

Patrícia Cristina de Aragão² 

Resumo: A Epistemologia Feminista Negra estruturou sua teoria na categoria da Interseccionalidade, a partir da Articulação dos Marcadores da Opressão, que perpassam os corpos racializados das mulheres negras. De igual modo, o Feminismo Negro questiona as categorias da Mulher Universal e Opressão Comum, constructo do Feminismo Hegemônico Ocidental. o presente artigo tem por objetivo geral analisar o feminismo negro na perspectiva da Interseccionalidade e das opressões múltiplas em detrimento ao Feminismo Hegemônico que estruturou a teoria e práxis feminista. Quanto a abordagem metodológica, o estudo é oriundo de pesquisa Qualitativa, do tipo Bibliográfica no tocante aos procedimentos adotados para coleta de dados, haja vista que, foi elaborado com bases em obras, livros, artigos e textos acadêmicos das autoras negras acima citadas. Quanto aos objetivos, a pesquisa é do tipo Explicativa, ao passo que se propõe a identificar os fatores que determinam a Interseccionalidade como uma perspectiva teórico metodológica em contraposição ao Feminismo Hegemônico. A Interseccionalidade, como principal abordagem teórica inaugurada pelo Feminismo Negro, pode ser conceituada como a articulação ou interação entre identidades sociais e marcadores de opressão e subjugação, quais sejam: Gênero, Raça/etnia, Classe, Sexualidade etc. e que estão intrinsecamente ligadas as relações sociais e de interação entre os indivíduos.

Palavras-chave: Feminismo Negro, Interseccionalidade, Marcadores de Opressão.

Abstract: Black Feminist Epistemology structured its theory in the category of Intersectionality, based on the Articulation of Markers of Oppression, which permeate the racialized bodies of black women. Likewise, Black Feminism questions the categories of Universal Woman and Common Oppression, constructs of Western Hegemonic Feminism. The general objective of this article is to analyze black feminism from the perspective of Intersectionality and multiple oppressions to the detriment of Hegemonic Feminism that structured feminist theory and praxis. As for the methodological approach, the study comes from Qualitative research, of the Bibliographic type regarding the procedures adopted for data collection, considering that it was elaborated based on works, books, articles and academic texts of the black authors mentioned above. As for the objectives, the research is of the Explanatory type, while it proposes to identify the factors that determine Intersectionality as a theoretical and methodological perspective in opposition to Hegemonic Feminism. Intersectionality, as the main theoretical approach inaugurated by Black Feminism, can be conceptualized as the articulation or interaction between social

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (PPGSS-UEPB). E-mail: rosa.maria.dias.costa.santos@aluno.uepb.edu.br.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba e Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba (PPGSS-UEPB). E-mail: patriciaaragao@servidor.uepb.edu.br.

identities and markers of oppression and subjugation, namely: Gender, Race/Ethnicity, Class, Sexuality, etc. and that social relations and interaction between individuals are intrinsically linked.

Keyword: Black Feminism, Intersectionality, Markers of Oppression.

INTRODUÇÃO

O feminismo negro emergiu em contraposição ao Feminismo Hegemônico que fundamentou a teoria feminista do início do século XX enquanto campo do saber científico pós-moderno. O feminismo Interseccional, articula o Racismo e Sexismo como eixos de opressão que devem ser analisados sistematicamente, e de igual modo questiona a categoria da Mulher Universal e da Opressão Comum, que pautou as discussões teóricas e a práxis feminista.

Considerou-se que a categoria gênero de forma isolada não é capaz de refletir as desigualdades experimentadas pelas mulheres cujos corpos sofrem processo de racialização, ao passo que para além do dimorfismo sexual como estruturante das relações de poder, devem ser compreendidas as condições exteriores ao gênero.

Como consequência, a Interseccionalidade, surgida a partir da obra das Feministas Negras e Decoloniais e a horizontalização dos saberes e do ativismo feminista, sedimentou-se como o foco central das discussões inauguradas pela “*quarta onda do feminismo*” centrais à análise dos dados obtidos através da presente pesquisa.

Deste modo, o presente artigo tem por objetivo geral analisar o feminismo negro na perspectiva da Interseccionalidade e das opressões múltiplas em detrimento ao Feminismo Hegemônico que estruturou a teoria e práxis feminista.

A discussão em torno da Interseccionalidade, justifica-se ante a necessidade de estruturar a perspectiva do Feminismo negro como uma alternativa as análise da categoria de Gênero, de forma isolada, como se propôs durante o último século, o debate inaugurado pelo Feminismo Branco Ocidental. Ademais, também é necessário refletir Interseccionalidade em contraposição ao Feminismo Hegemônico, com o objetivo de mostrar suas lacunas decorrentes da legitimação do discurso pautado na branquitude, eurocêntrica e colonizadora.

Assim, a epistemologia proposta neste estudo estabelecerá diálogo com conceito de Interseccionalidade e a abordagem inaugurada pelo Feminismo Negro será refletido com base na obra de autoras negras, a exemplo de Bell Hooks (1984;2015;2019), Lélia Gonzales (1984), Sueli Carneiro (2003), Carla Akotinere (2019), Kimberlé Crenshaw (2002), entre outras. Outrossim, a reflexão partirá de categorias e conceito intrínsecos ao Feminismo Negro, a exemplo, da Mulher Universal e da Opressão Comum.

Quanto a abordagem metodológica, o estudo é oriundo de pesquisa Qualitativa, do tipo Bibliográfica no tocante aos procedimentos adotados para coleta de dados, haja vista que, foi elaborado com bases em obras, livros, artigos e textos acadêmicos das autoras negras acima citadas. Quanto aos objetivos, a pesquisa é do tipo Explicativa, ao passo que se propõe a identificar os fatores que determinam a Interseccionalidade como uma perspectiva teórico metodológica em contraposição ao Feminismo Hegemônico.

FEMINISMO NEGRO: UMA DESCONSTRUÇÃO DO FEMINISMO UNIVERSAL E DA OPRESSÃO COMUM

Com o propósito de subverter à questão da objetividade do saber científico, o domínio da impessoalidade e universalidade de uma ciência moderna construída com base no Androcentrismo, as teorias feministas vieram a propor considerações teóricas-metodológicas que se opõe aquilo que Donna Haraway nomeou “objetividade científica descorporificada”.

As teóricas feministas passaram a estabelecer uma dialeticidade em relação a Ciência Moderna edificada pela dominação masculina na produção do conhecimento, que determina, baseando-se nas doutrinas da objetividade, o que pode ter validade enquanto saber e na busca da universalidade, a linguagem que é imposta como parâmetro para todas as traduções e conversões (HARAWAY, 1995, p. 16).

Essa forma de conhecimento foi imposta em todo mundo capitalista, como única racionalidade válida e como emblemática da modernidade (LUGONES, 2008, p.10). Ocorre que, a cientificidade moderna foi guiada pelas necessidades cognitivas do capitalismo, as relações da Colonialidade, o imperialismo geocultural do capitalismo e a naturalização da experiência das pessoas, a partir da objetificação do que pode ser conhecido, ou seja, a centralidade no objeto, com a finalidade de estabelecer o controle das pessoas, da natureza e o domínio dos meios de produção.

Em contraposição a cientificidade moderna e das posições não marcadas de homem e branco, Donna Haraway (1995), propõe uma doutrina de objetividade corporificada, que acomodassem os projetos feministas críticos e paradoxais, ou em síntese, baseada na perspectiva dos saberes localizados, produzidos por aqueles a “quem não se permite não ter um corpo” (HARAWAY, 1995, p.1; 18). Portanto, a objetividade feminista versa sobre a

localização limitada a partir da perspectiva parcial e dos saberes localizados, de maneira oposta à transcendência e divisão entre sujeito e objeto.

Deste modo, afirma que a “alternativa ao relativismo são saberes parciais, localizáveis, críticos, apoiados na possibilidade de redes de conexão, chamadas de solidariedade em política e de conversas compartilhadas em epistemologia” (HARAWAY, 1995, p.23). Assim, os saberes localizados propostos por Donna Haraway se contrapõem tanto a uma visão totalizadora e universal do objeto científico quanto às várias formas de relativismo, ao passo que as duas perspectivas negam a posição, localização e corporificação do sujeito que produz do conhecimento.

A partir dos estudos dela torna-se facilmente cognoscível identificar que por trás da objetividade, universalidade e neutralidade científica se encontra o homem, que ocupa posição de dominação e hierarquia na produção do conhecimento científico, o que não apenas se verifica na perspectiva totalitária do objeto, como também no horizonte relativista.

A respeito, num primeiro momento a teoria feminista ocupou-se do gênero enquanto uma categoria epistemológica de análise. Para a historiadora Joan Scott (1995, p.86), gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundamentado na diferença hierárquica entre os sexos e que se afigura enquanto uma forma de significar as relações de poder.

Ocorre que, a epistemologia feminista estruturou-se enquanto campo interdisciplinar da Ciência Moderna a partir das narrativas das mulheres brancas cisgênero, heterossexuais e eurocêntricas, cristalizadas na figura da mulher universal. Outrossim, a história das mulheres como um campo de pesquisa intrinsecamente ligado aos movimentos sociais, com maior ênfase ao movimento feminista, ao passo que tal tendência também pôde ser identificada na perspectiva brasileira.

Em vista disso, não apenas os discursos como também a práxis feminista são objeto de dominação e apropriação por mulheres brancas, as quais, geralmente possuem pouca ou mesmo nenhuma compreensão da supremacia branca “como estratégia, do impacto da classe, de sua condição política dentro de um Estado racista, sexista e capitalista” (HOOKS, 2015, p.196).

Assim, ao reivindicar a luta pela igualdade não o fazem da posição de privilégio da qual experimentam. Veja como exemplo, as mulheres brancas burguesas do início do século XXI demandam sua libertação do trabalho doméstico e sua inserção no mercado de trabalho, a fim de ter acesso às funções e empregos exercidos outrora pelo homem branco, onde pudessem ser

remuneradas proporcionalmente seu esforço e intelecto. Porém, a evasão das mulheres brancas do espaço doméstico camufla a exploração das mulheres negras como empregadas doméstica, um reflexo direto da Diáspora Negra e uma herança do Feminismo Hegemônico. A respeito, discorre Maria Lugones, acerca do processo de esquecimento e invisibilidade das pautas das mulheres negras que decorreu dos discursos teóricos e filosóficos do Feminismo Hegemônico:

Apagando toda a história, inclusive a oral, da relação entre as mulheres brancas e não brancas, o feminismo hegemônico igualou Mulher Branca e Mulher. [...] A luta das feministas e da “segunda liberação da mulher” nos anos de 1970 em diante passou a ser uma luta contra as posições, os papéis, estereótipos, traços e desejos impostos na subordinação das mulheres burguesas brancas. [...] Ou seja, não entenderam a si mesmas em termos interseccionais, na intersecção de raça, gênero e outras potentes marcas de sujeição e dominação (LUGONES, 2008, p.28).

Portanto, ainda que seja um fenômeno identificado a partir dos estudos e do ativismo político das feministas de “primeira onda”, Lugones (2008), destaca que na “segunda liberação da mulher” nos anos 1970, a teoria feminista não abordou o debate da interseccionalidade, mais uma vez restringindo-se a luta contraposições, os papéis, e estereótipos que se circunscrevem à perspectiva das mulheres burguesas brancas.

Segundo a autora Giovanna de Carvalho Castro (2021), a produção científica, enviesada pela perspectiva das feministas brancas de classe média cristalizou a ideia da Mulher Universal sobre a qual pautaram-se todas as discussões teóricas.

Portanto, as feministas brancas estabeleciam como objeto de produção científica e de luta e mobilização as pautas de uma categoria “Mulher”, que excluía a realidade das mulheres negras.

Ao se referir a mulher universal, a autora visualiza neste conceito ancorado pelas feministas, a fragilidade e subalternidade das mulheres brancas e burguesas, estas sim reservadas ao espaço doméstico e longe do mercado de trabalho, ou melhor, distantes da exploração da força de trabalho de mulheres negras e operárias pelo capital.

Nesse cenário, as mulheres negras assumiram uma posição coadjuvante na origem do ativismo político feminista e por consequência, na produção do conhecimento teórico-científico, restando suas pautas em segundo plano, de forma que somente as mulheres brancas, conservadoras ou liberais fossem intituladas como autênticas representantes do feminismo, a

quem caberia à libertação das mulheres negras e terceiro-mundistas, fenômeno denominado por Bell Hooks de Paternalismo Neocolonial (HOOKS, 2019).

Segundo HOOKS (2015. p.197) a “opressão comum”, ou seja, afirmação de que todas as mulheres são oprimidas de forma igual, visto que, não se pode quantificar as opressões experimentadas, tem sido o preceito fundamental do pensamento feminista. Assim esclarece que o princípio da opressão comum sugere que as mulheres compartilham a mesma predestinação e que fatores como classe, raça, religião, sexualidade, geração etc. não criam uma diversidade de experiências que é determinante a que modo o sexismo será uma força opressora na vida de cada mulher.

Como assinala Cláudia Cardoso (2012, p. 85), em sua tese de doutorado, no caminho de mão única da luta contra a opressão sexista, o lugar ocupado por mulheres não-brancas, na qual incluem-se, negras, latinas, indígenas como também das brancas de classes subalternas vem a ser determinado pelo feminismo hegemônico.

Para enfatizar o deslocamento das mulheres negras em relação aos discursos das mulheres brancas e de classe social abastada, Bell Hooks (1984, p.14) afirma que as feministas privilegiadas são incapazes de dialogar com grupos diversos de mulheres, haja vista que, ou não compreendem a lógica da inter-relação entre gênero, raça e opressão de classe, ou se negam a levar a sério tal articulação entre os marcadores sociais, o que levam as feministas brancas a focarem de forma exclusiva no gênero, estabelecendo-o como único determinante do destino da mulher.

O feminismo do século XX, não se preocupou em explicitar as conexões entre gênero, classe e sexualidade como racializados e fundamentou sua luta e produção de conhecimento no arquétipo da mulher frágil, fraca, tanto física como intelectualmente, circunscrita aos espaços privados e sexualmente passiva, porém não estabeleceu a conexão dessas características apontadas com a raça, haja vista que, apenas eram aplicadas à realidade das mulheres brancas da classe burguesa. Assim, as feministas burguesas brancas se ocuparam em teorizar o sentido branco de ser mulher, como se todas as mulheres fossem brancas (LUGONES, 2008, p.26/27).

Com o propósito de superar a centralidade do feminismo hegemônico eurocêntrico, as mulheres não brancas propõem a construção de um campo teórico científico que considere a *racialização* do gênero, enquanto determinante dos sistemas convergentes de desigualdades sociais a que as mulheres negras são submetidas.

Portanto, a categoria analítica de Gênero, como estava posta para as feministas brancas ocidentais, ou seja, enquanto produto das relações sociais, também foi objeto de questionamento pelo Feminismo Negro, haja vista que, para elas o gênero deveria ser analisado numa perspectiva colonial, isto é, como resultado do processo de colonização.

Nesse ínterim, a socióloga Berenice Bento (2022 p. 16) questiona o preceito trazido por Scott, de que o gênero é a categoria primária para se analisar as relações de poder, visto que, “não problematiza as condições anteriores e exteriores à posição de poder que o masculino e o feminino ocupam nas relações sociais racializadas”.

Deste modo, há limites quanto à aplicação da categoria gênero de forma universal, como foi construída pelas teóricas feministas do século XX, quanto aos corpos de mulheres escravizadas. “O significante universal “Mulher” invisibiliza uma pluralidade de posições que corpos ditos femininos ocupam na ordem de gênero feminino”, o que por consequência levamos ao questionamento se categoria de Gênero de forma isolada de outros marcadores sociais da opressão e das desigualdades sociais tem algum alcance analítico (BENTO, 2022. p.17).

Nesse aspecto, a autora aponta duas dimensões contraditórias da categoria gênero: a) o dimorfismo sexual não era condição suficiente para estabelecer o gênero, para tanto, não bastaria o atributo natural da maternidade ou estruturas cromosomáticas de pares idênticos XX, para que indivíduos se reconhecessem como mulheres; b) outrossim, ainda que o gênero estructure as relações de poder, são marcadores exteriores ao gênero que definem o seu reconhecimento ou não. Assim o lugar que os corpos generificados (ou marcados pelo gênero) ocuparão nas relações sociais não determina a designação sexual. (BENTO, 2022, p.18).

Logo, a autora citada acima estabelece que a categoria analítica Gênero, ainda que tenha sua importância na análise das relações de poder que fundamentam a diferenciação sexual entre homens e mulheres brancas, possui limites para qualificar os corpos racializados. Outro ponto que merece comentário é o fato de que o gênero enquanto categoria de análise primária e estruturante das relações de domínio na esfera estatal está articulado a condições externas e que determinam o gênero, a exemplo do Necrobiopoder³ do Estado.

³ Acerca do conceito de Necrobiopoder, elaborado pela autora Berenice Bento, considera-se que o Estado é ao mesmo tempo promotor da vida e da morte, assim, a socióloga propõe conceituar Necrobiopoder como “um conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados e outros que devem viver.” (BENTO, 2022. p.26).

Ademais, de acordo com OYÈRÓNKÉ OYÈWÙMÍ (apud. LUGONES, 2008, p.19), em comunidades ginocêntricas, a exemplo dos iorubás, no período anterior à dominação colonial, os processos de colonização implicam dois aspectos fundamentais, quais sejam: a imposição das raças com a consequente inferiorização dos africanos, e a inferiorização das anafêneas. Nesta perspectiva, a teórica afirma que o gênero, introduzido pelo Ocidente, nos países colonizados, compreende um instrumento de dominação dos povos que produz duas categorias sociais que se estabelecem uma dialeticidade de forma binária e hierárquica (OYÈWÙMÍ apud. LUGONES, 2008, p.18).

As críticas ao feminismo hegemônico e a necessidade de entrelaçamento entre as categorias epistêmicas de classe e raça, reverberadas pelas feministas negras, latinas, lésbicas e indígenas possuem como marco referencial o Manifesto *Combahee River Collective*, no ano de 1977. Apesar disto, algumas teóricas negras apontam que o esforço em entrelaçar os marcadores sociais de raça, classe e gênero são anteriores e remontam ao período abolicionista no Sul dos Estados Unidos da América a partir do emblemático discurso da ativista *Sojourner Truth*, ao questionar os padrões de fragilidade feminina.

Segundo Akotinere (2019, p.17), a fala da intelectual *Sojourner Truth*, de forma pioneira, articula os conceitos de raça, classe e gênero e questiona a categoria da mulher universal, constructo do feminismo hegemônico, mostrando que se a maternagem obrigatória é um destino biológico para todas as mulheres, seria oportuno salientar que os filhos e filhas das mulheres escravizadas eram vendidos ao mercado escravo.

De igual modo, a ativista *Sojourner* possuía todas as características e atributos biológicos construídos como “naturais” para definir o gênero feminino, mas tem essa condição negada, porque a Raça estabelecerá quem pode ou não ser reconhecido enquanto homem ou mulher (BENTO, 2022, p.18). Por conseguinte, os atributos físicos e arquétipos associados a categoria Mulher, não se aplicavam às mulheres escravizadas, a quem era exigido a resistência, a força física e era negado o destino biológico da maternidade, justificadas no processo de exploração e desumanização a que os corpos racializados eram submetidos.

A teórica Maria Lugones (2008), ressalta a importância acerca da perspectiva interseccional, posto que, as categorias analíticas de gênero e raça per si, são homogêneas e selecionam um dominante em seu grupo enquanto norma. Assim, quando nos referimos a Mulher como uma categoria universal e isolada, selecionamos como norma as mulheres

brancas, burguesas e heterossexuais; a categoria do homem, seleciona os machos brancos, burgueses e heterossexuais; e o Negro seleciona os machos heterossexuais negros (LUGONES, 2008, p.12). Neste sentido também leciona Bell Hooks:

Somos o grupo que não foi socializado para assumir o papel de explorador/opressor, no sentido de que não nos permitem ter qualquer “outro” não institucionalizado que possamos explorar ou oprimir. As mulheres brancas e os homens negros têm as duas condições. Podem agir como opressores ou ser oprimidos. Os homens negros podem ser vitimados pelo racismo, mas o sexismo lhes permite atuar como exploradores e opressores de mulheres. As mulheres brancas podem ser vitimizadas pelo sexismo, mas o racismo lhes permite atuar como exploradoras e opressoras de pessoas negras (HOOKS, 2015, p. 207).

Ao utilizar a expressão “*outro*” a teórica estabelece analogia com a obra “O Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir, para quem a categoria mulher se apresenta como o Outro do homem, isto é, aquilo o que se está em oposição ao masculino, nunca em relação de autonomia e reciprocidade com os homens. A categoria mulher, não existe em si mesma, apenas em Dialeticidade com o homem, num lugar de subordinação.

Outrossim, a escritora portuguesa Grada Kilomba (KILOMBA, 2018, p.124), em discordância da categorização de Beauvoir, define que as mulheres negras são “*o outro do outro*”, visto que, não são brancas, nem homens e em razão de existir uma reciprocidade entre a figura da mulher branca e do homem negro existe um *status* oscilante que permite que a mulher branca se estabeleça enquanto categoria em si mesma e enquanto o “Outro” do homem branco.

Portanto, as feministas negras apontam que o feminismo branco hegemônico não é capaz de explicar as construções de gênero vividas pelas mulheres negras, latinas, indígenas e todas aquelas que estão à margem em razão de excluir as demais discriminações suportadas por essas mulheres como objeto de análise.

De igual modo, o racismo de forma isolada não resolve a realidade das mulheres negras, cujos corpos também são subjugados em decorrência do sexismo e desta forma o racismo atinge de forma diversa homens e mulheres pretas (REIS, 2017, p.34).

Nessa perspectiva, o feminismo negro como contraponto ao feminismo branco hegemônico, parte da Abordagem Interseccional entre os marcadores da opressão. A respeito, o conceito de Interseccionalidade, fundamenta-se no entrelaçamento dos múltiplos eixos de discriminações e,

trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classe e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas geram opressões que fluem ao longo dos eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos de desempoderamento (CRENSHAW, 2002, 1977).

Portanto, o termo interseccionalidade, possui duas dimensões, a primeira se origina de uma articulação entre as desigualdades sociais e são essas assimetrias que fundamentam as posições relacionadas aos marcadores de gênero, raça/etnia, classe social, sexualidade, geração etc., e a segunda refere-se a maneira como ações e políticas públicas acarretam opressões que perpassam os eixos de discriminação.

Patrícia Hill Collins (2017, p.13) aponta que ao adotar o termo “Feminismo Negro” desestabiliza o racismo inerente que apresenta o Feminismo Branco enquanto ideologia e movimento político apenas para brancas. Ademais, desafia a brancura presumida do feminismo e interrompe o falso universal deste termo para mulheres brancas e negras (COLLINS, 2017, p.13).

Dispõe Akotinere (2019, p.14), a interseccionalidade objetiva dar instrumentalidade teórico metodológica à inseparabilidade estrutural – ou nas palavras de Kimberlé Crenshaw, a interação simultânea – do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, produtoras de avenidas identitárias em que mulheres negras são por diversas vezes atingidas pelo entrecruzamento e sobreposição de gênero, classe e raça.

Consoante Crenshaw, enunciada por muito pesquisadores como precursora da teoria interseccional, a interseccionalidade trata de forma específica do modo como o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classes e demais sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes, gerações e outras (2002, p. 177).

De acordo com Cardoso (2012, p.26), o pensamento feminista negro caracteriza-se, pela recuperação e apropriação das histórias das mulheres negras, pela reinterpretação dessa história a partir de uma nova estrutura teórica em oposição as epistemologias tradicionais e coloniais, atribuindo à contribuição das mulheres negras em diversas áreas do conhecimento científico e por fim, o enfretamento político ao racismo, sexismo e heterossexismo a partir da interseccionalidade.

Ressalta-se, portanto, que a racialização de mulheres não brancas converge dois eixos de opressão, o gênero e a raça, ao passo que sofrem as discriminações decorrentes das relações de poder e hierarquização entre os sexos e em razão da raça, articulam em si as agruras do Machismo e do racismo. Portanto, a articulação entre o racismo e o sexismo produz efeitos violentos sobre as mulheres negras (GONZALES, 1984).

Deste modo, a racialização das mulheres implica uma condição de desigualdade em relação aos homens de sua Raça/Etnia e às mulheres brancas. As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram (CRENSHAW, 2002).

Com o intuito de superar os processos de subordinações entre os corpos, tanto na perspectiva sexo/gênero como racial, as feministas negras assumem a posição de abordar e propor a interseccionalidade enquanto forma de superação ao feminismo hegemônico e universal.

Numa síntese, a Interseccionalidade estabelece a premência na construção de Feminismos, assim no plural, na medida que articula um movimento heterogêneo de mulheres e se propõe, a insurgência de forma sistemática em face dos marcadores da opressão, de forma sistemática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Interseccionalidade, como principal abordagem teórica inaugurada pelo Feminismo Negro, pode ser conceituada como a articulação ou interação entre identidades sociais e marcadores de opressão e subjugação, quais sejam: Gênero, Raça/etnia, Classe, Sexualidade etc. e que estão intrinsecamente ligados as relações sociais e de interação entre os indivíduos.

Nesta perspectiva, o Feminismo Negro propôs a Interseccionalidade como categoria contraposta ao Feminismo Hegemônico e as noções de Mulher Universal e Opressão Comum e demonstrou que os conceitos não se aplicam às mulheres não brancas, visto que sofrem ainda as opressões decorrentes da Racialização de seus corpos. Logo, o Feminismo Negro propõe a construção de uma epistemologia feminista capaz de desconstruir a universalidade do feminismo ocidental e burguês e do gênero enquanto elemento central de análise das teorias feministas.

Outrossim, o Feminismo Negro e a categoria da Interseccionalidade fornecem o suporte teórico e epistemológico para as perspectivas decoloniais, correntes de feminismos subalternos e contra hegemônicos que incluem as mulheres negras, indígenas, latinas, ciganas, camponesas

e terceiro mundistas, não com o objetivo de separar o movimento feminista e sim considerar os demais vetores de dominação e subalternização de mulheres nas suas relações sociais.

REFERÊNCIAS

AKOTINERE, Carla. **Cruzando o Atlântico em memória da Interseccionalidade**. In: Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais). (13 - 33p.) Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_%28Feminis. Acesso em 02 de dez.2022.

BENTO, Berenice. Gênero: Uma categoria útil de análise? **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v.16, n.1, p.15-50,2022.

CASTRO. Giovana de Carvalho. E eu (ainda) não sou uma mulher? Gênero, interseccionalidade e silêncio racial. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro, v. 19, n.47, p.170-183, 1º semestre, 2021.

CARNEIRO, Sueli. “Mulheres em movimento”. **Estudos avançados**, São Paulo, v.17, n.49, p.117-132, set-dez.2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/>. Acesso em: 12 de dez. 2022.

CASTRO. Giovana de Carvalho. E eu (ainda) não sou uma mulher? Gênero, interseccionalidade e silêncio racial. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro, v. 19, n.47, p.170-183, 1º semestre, 2021.

COLLINS, Patrícia Hills. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. **Cadernos Pagu**, s/v, n.51, 2017:e175118. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700510018>. Disponível: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/P3Hpz4XQsPqSqJLm9KH6tC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2023.

CRENSHAW. Documento para o encontro de especialistas em aspecto da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Los Angeles, Ano 10, p.171-188, 1º semestre, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 30 de dez. 2022.

GONZALES, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509709/mod_resource/content/0/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20C3%A9lia%20-%20Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509709/mod_resource/content/0/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20C3%A9lia%20-%20Racismo%20e%20Sexismo%20na%20Cultura%20Brasileira%20%281%29.pdf). Acesso em: 02 de dez.2022.

HARAWAY, Donna. **Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos Pagu: Campinas, 1995. p.07-41.

HOOKS, Bell. Mulheres Negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 16., Brasília, janeiro – abril de 2015, pp.193-2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151608>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/mrjHhJLHZtfyHn7Wx4HKm3k/?lang=pt>. Acesso em: 25 de mar.2023.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 8ed. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 2019.

HOOKS, Bell. **Teoria Feminista: da margem ao centro**. São Paulo, Perspectiva, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro, Cogobó, 2017.

LUGONES, María. Colonialidade e Gênero. **Tabula Rasa**, Bogotá, n.9, p. 73-101, jul./dez.2008.

REIS, Nathalia Dothling. Revisitando os estudos de gênero: Mulheres Negras e o pensamento crítico. **Cadernos de gênero e diversidade**. v. 03, n.04.p.30-46, out./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.9771/cgd.v3i4.22265>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/22265/15426>. Acesso em: 22 mar.2023.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 20, n. 2 (1995), 2017, p.71-99. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>.

TRUTH, Sojourner. E não sou uma mulher? **Portal Geledés**, 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 09 de dez. 2022.